



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre sua fala na Comissão de Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional (CN), referente à liberação de empréstimo de US\$ 1 bilhão à Argentina pela CAF.

JUSTIFICAÇÃO

O governo brasileiro já aportou R\$ 2,8 bilhões na Corporação Andina de Fomento - CAF, atualmente chamada de Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, informação pública que pode ser acessada no Portal Transparência do governo federal e analisada, em detalhes, no sítio oficial da instituição (<https://www.caf.com/pt/>).

No dia 4 de outubro do corrente, a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet participou de reunião da Comissão de Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional (CN), onde no decorrer da audiência, foi questionada sobre o papel do Brasil na liberação de empréstimo de US\$ 1 bilhão à Argentina pela CAF, momento em que afirmou que “não tem dinheiro federal brasileiro lá [na CAF]. Não estamos tirando dinheiro do Brasil para colocar lá”.

Ocorre que os empréstimos da CAF para instituições públicas e privadas dos 21 países que a integram são feitos com recursos de emissões no mercado internacional. Já os bilhões aportados pelos integrantes do Banco ficam como patrimônio da instituição financeira. Portanto, o fato claro e notório

é de que há aporte de recursos públicos dos contribuintes dos países membros à Instituição.

Cabe ressaltar que o montante aportado à CAF é referente a pagamentos que o Tesouro Nacional precisa fazer para alcançar o seu percentual acionário no Banco. Sendo assim, diferentemente do afirmado pela Ministra, o dinheiro contributo é classificado como “inversão financeira”, ou seja, equivalente a “investimentos” federais.

Simone Tebet é a representante brasileira na Assembleia desse banco de desenvolvimento, onde ocupa o cargo de Governadora do Brasil, sendo assim responsável pelos votos do Brasil na Instituição.

É importante destacar que essa movimentação, dada através do voto da Ministra, não se alinha com a prática usual na política externa do Brasil, que é historicamente de neutralidade de disputas políticas nos países da América Latina.

Costumeiramente, durante épocas eleitorais, é comum que o Brasil evite tomar qualquer ação visível, justamente para evitar parecer que está oferecendo apoio explícito a um candidato em particular. Portanto, isso representa uma abordagem que difere do nosso habitual modo de lidar com assuntos internacionais.

No caso em questão, há muitos agentes sociais contestando o papel desse empréstimo nas eleições próximas e vindouras no país portenho.

Claramente, em nossa visão, além de faltar com a verdade no Parlamento, o Brasil ao avalizar e emprestar recursos em período eleitoral para o governo argentino, interfere na soberania e tenta mascarar a tragédia econômica do país vizinho para mudar o cenário eleitoral, que, em sua prévia votação, ocorrida no dia 13 de agosto, indicava o candidato de oposição na liderança na corrida eleitoral à presidência.

Diante disso, solicito que a Ministra do Planejamento e Orçamento, compareça nesta Comissão a fim de prestar informações sobre sua fala, bem

como esclarecer seu voto favorável ao empréstimo à Argentina em período tão próximo às eleições presidenciais.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2023.

Senador Magno Malta
(PL - ES)